

foi detectada uma anomalia em parte do sistema de refrigeração do oxidante do combustível. A empresa decidiu, então, adiar o lançamento para poder trocar os componentes.

Houve nova tentativa nesta sexta-feira (19), mas a operação foi interrompida novamente em razão do funcionamento anormal de uma válvula de ventilação, instalada no tanque de metano líquido do segundo estágio do veículo.

"Essa válvula é um componente essencial, responsável por manter o controle adequado de pressão na parte superior do veículo lançador. Caso a válvula não funcione corretamente quando estiver na posição fechada, a pressão interna do tanque pode continuar a subir, potencialmente levando a uma falha estrutural", disse, em nota, a Innospace.

De acordo com a empresa, após a suspensão do lançamento na sexta-feira, os combustíveis do foguete foram drenados com segurança, e o veículo foi posicionado na posição horizontal sobre a base de lançamento. Foi realizada uma inspeção abrangente

das funções e componentes do sistema.

"Nenhuma anomalia adicional foi identificada além da válvula de ventilação. Uma válvula reserva está disponível, e a empresa planeja realizar a verificação funcional final após a substituição, com base nos resultados de sua análise da causa raiz", acrescentou a Innospace.

Cinco satélites

O veículo espacial – que tem 21,8 metros de comprimento, 1,4 metros de diâmetro, e 20 toneladas – levará satélites para a órbita baixa da Terra (LEO), a uma altitude de aproximadamente 300 km e inclinação de 40 graus.

Um total de oito cargas úteis estão dentro da coifa na parte superior do veículo de lançamento: cinco pequenos satélites para colocação em órbita e três dispositivos experimentais, desenvolvidos por instituições e empresas do Brasil e da Índia.

A operação de lançamento, que é coordenada pela FAB, será transmitida ao vivo, pelo canal da empresa sul-coreana Innospace.



MinC: caos administrativo herdado da gestão anterior

Ministério da Cultura esclarece fatos divulgados

Órgão diz que dados citados usam relatório preliminar

O Ministério da Cultura (MinC) divulgou, no domingo (21), uma nota pública para esclarecer informações publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo, em matéria intitulada "Ministério tem R\$ 22 bi em contas sem fiscalização e controla prazos por Excel, diz TCU".

O jornal fala sobre a existência de valores sem análise em projetos culturais e o posicionamento do MinC diverge dessa versão. Segundo o órgão, a reportagem utilizou como base um relatório preliminar e sigiloso do Tribunal de Contas da União (TCU), que não considerou dados atualizados apresentados pelo órgão durante o exercício do contraditório.

De acordo com o ministério, a ausência dessas informações pode levar o público a conclusões incorretas sobre a situação administrativa atual. Em nota, o órgão afirma que o montante de R\$ 22 bilhões citado na matéria corresponde a projetos acumulados em gestões anteriores.

Conforme o posicionamento oficial, a responsabilidade direta pelo volume de processos pendentes recai sobre gestões passadas, que teriam deixado de acompanhar adequadamente as prestações de contas e apresentado números que não refletiam a dimensão real do problema.

O ministério sustenta que relacionar esse passivo histórico à gestão atual não retrata corretamente a realidade.

mente os fatos. Ainda segundo o órgão, a atual administração passou a tratar o estoque de processos como prioridade. "A gestão assumiu o passivo e adotou medidas estruturantes", informou.

A nota destaca que essas ações resultaram no maior volume de análises de prestações de contas já realizado pelo MinC, com registros inéditos alcançados a partir de 2024. Houve ainda a reorganização de fluxos internos para ampliar a capacidade de avaliação dos projetos. O Ministério informou que busca "superar o caos administrativo herdado".

Matéria do Estadão

Segundo o jornal, o Ministério acumula 29,7 mil projetos de fomento cultural sem análise de prestações de contas, o que representa cerca de R\$ 22 bilhões em recursos públicos sem verificação de destinação. A reportagem, baseada em relatório técnico sigiloso do TCU, aponta que o problema é antigo, persiste há décadas e, segundo o jornal, se agravou na gestão atual, apesar de promessas da ministra Margareth Menezes de solucionar o passivo.

Para o Tribunal, conforme destacado pelo Estadão, o cenário indica ineficiência administrativa e "desgovernança generalizada", com ações consideradas insuficientes para reduzir o estoque de processos, que continuou a crescer ao longo dos últimos 15 anos.

2025

SOU + CULTURA
Mais de R\$ 1,5 bilhão investidos em cultura.
R\$ 100 milhões em reformas.

SOU + TURISMO
RECORDE: 1,8 milhão de turistas estrangeiros.

SOU + EMPREGO
Mais de 116 mil novos postos.
RECORDE: 72.759 novas empresas.

SOU + SAÚDE
Rio Imagem Baixada. Maior centro de diagnóstico da América Latina.

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
O TRABALHO NÃO PARA, É TODO DIA E É DE TODOS

Saiba mais em rj.gov.br